

**OFICINA DE ELABORAÇÃO
DO PLANEJAMENTO
PAT CAPIXABA – GERAIS
DE 14 A 18 DE DEZEMBRO/2020
RELATORIA**

OFICINA DE ELABORAÇÃO DO
PAT CAPIXABA – GERAIS
DE 14 A 18 DE DEZEMBRO/2020
RELATORIA



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. LISTA DE PRESENÇA.....	6
3. PROGRAMAÇÃO	8
4. RELATORIA E RESULTADOS.....	9
4.1. Abertura e boas-vindas	9
4.2. Apresentação e conexão dos participantes	9
4.3 Nivelamento conceitual e revisão dos resultados da Oficina Preparatória.....	10
4.4 Objetivo Geral.....	13
4.5 Objetivos Específicos.....	13
4.6 Matriz de Planejamento.....	15
4.7 Formação do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT).....	27
4.8 Encerramento, conclusões e encaminhamentos.....	28
4.9 Avaliações.....	28
5. ANEXOS	30

1. INTRODUÇÃO

O Projeto “Pró-Espécies: Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas” foi desenhado para minimizar os impactos sobre as espécies ameaçadas, especialmente aquelas que não estão contempladas em outros instrumentos de conservação. Desta forma, o Ministério do Meio Ambiente, em colaboração com suas agências vinculadas e organizações parceiras, buscou alocar recursos ao Programa Pró-Espécies para adotar ações de prevenção, conservação, manejo e gestão que possam minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies. A expectativa é que, até 2022, sejam tomadas medidas para proteção de todas as espécies ameaçadas do País, em especial, para as 290 que estão em situação mais crítica, visando o envolvimento de 13 estados brasileiros.

Um dos objetivos do projeto é a elaboração de Planos de Ação Territoriais (PATs) contemplando as espécies Criticamente em Perigo (CR) das listas nacional e estadual de espécies ameaçadas de extinção, com foco naquelas que não possuem nenhuma estratégia de conservação (espécies CR-Lacuna). Os planos de ação com abordagem territorial contemplam a proteção de espécies ameaçadas de diferentes grupos taxonômicos da fauna e da flora, considerando o ambiente em que estas espécies vivem, os aspectos socioeconômicos da região e o envolvimento de atores locais.

Para tanto, os estados, por meio de suas agências de meio ambiente são os responsáveis pela elaboração dos referidos planos para os territórios definidos no escopo do projeto, onde ocorre o maior número dessas espécies.

Assim, o Instinto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo - IEMA foi convidado a participar do Projeto Pró-Espécies, uma vez que o Estado possui a representatividade de território alvo para as ações de conservação da biodiversidade. A delimitação inicial deste território envolveu parte dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, ficando acordada que a coordenação é de responsabilidade do IEMA, por se tratar do estado com maior área no território proposto.

Considerando as condições diferenciadas do ano 2020, devido à crise sanitária do país causada pela Pandemia do Corona Vírus, foi definida que todas as atividades de elaboração dos PAT fossem realizadas em ambiente virtual. Assim, dando início às atividades de elaboração do PAT Capixaba-Gerais e realizando um esforço diferenciado para o engajamento dos participantes, foi realizada no dia 20 de outubro de 2020, uma reunião de apresentação do trabalho envolvendo especialistas dos grupos de espécies alvo e representantes de instituições ambientais dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O objetivo da reunião foi apresentar o Projeto Pró Espécies, o Território proposto, inicialmente denominado Território Espírito Santo, bem como a Neotrópica – Sustentabilidade Ambiental, consultoria contratada para apoiar o processo de elaboração do PAT, além dos passos metodológicos acordados entre os parceiros.

Dando continuidade às atividades, a Oficina Preparatória foi realizada de forma remota, entre os dias 18 e 20 de novembro/2020. O evento contou com a participação de 31 pessoas:

representantes dos governos federal, estadual, de instituições de pesquisa e ensino, além de organizações não governamentais.

Os objetivos da Oficina Preparatória foram os seguintes:

- ✓ Validar as espécies alvo do PAT;
- ✓ Validar a área de abrangência do PAT;
- ✓ Definir o nome do território do PAT;
- ✓ Pactuar e qualificar as ameaças às espécies alvo e;
- ✓ Pactuar a lista Instituições a serem convidadas para a o Oficina de Elaboração do PAT.

Em seguida, entre os dias 14 a 18 de dezembro, foi realizada a Oficina de Elaboração de Planejamento do PAT, que contou com a participação remota de 50 participantes, representantes dos governos federal, estadual, de instituições de pesquisa e ensino, de Organizações Não Governamentais, além de gestores de Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

A Oficina teve os seguintes objetivos:

- ⇒ Nivelamento conceitual, metodológico e do contexto do PAT;
- ⇒ Pactuação do objetivo geral do PAT;
- ⇒ Definição dos objetivos específicos do PAT;
- ⇒ Elaboração da matriz de planejamento;
- ⇒ Definição do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT)

No presente relatório serão apresentadas as informações e os resultados obtidas na Oficina de Elaboração do PAT Capixaba - Gerais.

2. LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	14	15	16	18
1. Amélia Carlos Tuler	Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA)		X	X	X
2. Anna Carolina R. Lins	WWF-Brasil	X	X	X	X
3. Antônio Marcos Pereira	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG	X	X	X	X
4. Camila Neves Soares Oliveira	Departamento de Conservação e Manejo de Espécies (DESP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)	X	X	X	X
5. Camila Rocha	Departamento de Conservação e Manejo de Espécies (DESP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)		X	X	X
6. Cintia Lepesqueur Gonçalves	Coordenação de Planos de Ação para Espécies Ameaçadas de Extinção (COPAN) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	X		X	
7. Claudia Ferreira de Moura Teixeira Leite	Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS)/RJ	X	X	X	X
8. Débora Mello Furtado de Mendonça	Reserva Natural Vale	X			X
9. Fabiana Gomes Ruas	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)/ES	X			
10. Fábio Vieira	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)		X		
11. Fernanda Saleme	Núcleo Planejamento de Ações de Conservação (NuPAC) do Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNCFlora/JBRJ)	X	X		
12. Flávia Guimarães Chaves	INMA - Instituto Nacional da Mata Atlântica	X	X	X	X
13. Gabriela Cristina Barbosa Brito	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG	X	X	X	X
14. Gabriela Moreira	WWF-Brasil	X	X	X	X
15. Geovane Siqueira	Reserva Natural Vale	X	X		
16. Gilberto Nepomuceno Salvador	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	X	X	X	X
17. Gladys Nunes Pinto	Instituto Terra-Aimorés/MG	X			
18. Glauber T. M. Barino	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG	X	X	X	
19. Guilherme Felitto	Reserva Natural Vale	X			
20. Hannah Cascelli Farinasso	Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC) do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	X			
21. Hellen Karine Campos Teixeira	Instituto Estadual de Florestas (IEF)	X	X	X	X
22. Iago de Souza Penido	Universidade Estadual de Maringá	X	X		
23. Igor Lopes Braga	Associação Mineira da Indústria Florestal (AMIF)	X			
24. Inara Carolina da Silva Batista	Consultora WWF-Brasil	X	X	X	X
25. Janaina Mendonça Pereira	Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni e Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Mucuri		X	X	
26. Karina Schmidt Furieri	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)/Campus São Mateus	X	X	X	X
27. Laio Verbeno Sathler	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG	X			
28. Leonardo Diniz Reis Silva	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG	X	X		
29. Leydiane Nunes Rodrigues Mandelli	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES)	X			
30. Luísa Maria Sarmiento Soares	Instituto Nossos Riachos (UFES)	X	X	X	X
31. Luiz Fernando Duboc	Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	X	X	X	X
32. Magda dos Santos Rocha	Instituto de Pesquisa e Conservação Waita	X	X		X

NOME	INSTITUIÇÃO	14	15	16	18
33. Manuela Cardoso Stein	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG		X	X	X
34. Marcelo Renan de Deus Santos	Instituto Marcos Daniel (IMD)	X	X	X	X
35. Marcio Verdi	Núcleo Planejamento de Ações de Conservação (NuPAC) do Centro Nacional de Conservação da Flora do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (CNCFlora/JBRJ)	X	X		
36. Marcos José Marsaioli	Ministério Público/ES	x			
37. Maria Cristina Weyland Vieira	Presidente na Associação de RPPNs (ARPEMG) de Minas Gerais	X	X	X	X
38. Marina Silva Rufino	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG	X	X	X	X
39. Ney Hudson Batista	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES)	X			
40. Onildo João Marini Filho	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio/CBC)	X			
41. Rafaela Jorge Trad	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	X	X	X	X
42. Renata Soares Ramalho Fernandes	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES)	X			
43. Roberta Guimarães de Souza	CoClima		X		
44. Savana de Freitas Nunes	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES)	X	X	X	X
45. Sayonara Induzzi Cometti	Reserva Natural Vale	X	X		
46. Sebastião Fran	Associação Capixaba do Patrimônio Natural (ACPN)	X			
47. Sebastião Francisco Alves	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Remy Luiz Alves	X	X	X	X
48. Thais de Faria e Sousa Lopes Trindade	Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG Regional Rio Doce	X	X		
49. Tiago Domingos Mouzinho Barbosa	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)/ Campus Mucuri	X	X	X	X
50. Viviane da Silva Paes	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA/ES)	X	X		

3. PROGRAMAÇÃO

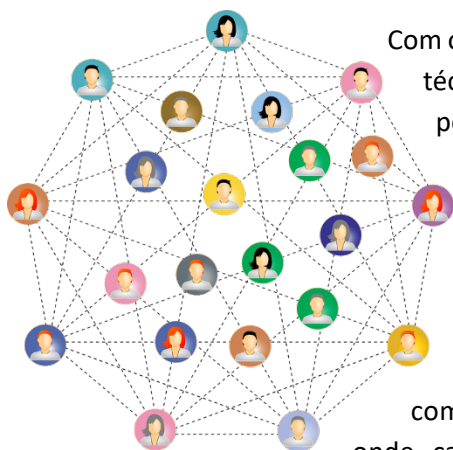
DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2020 - DAS 14H00 ÀS 18H00		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
14h00-14h30	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Boas-vindas ✓ Estabelecimento de acordos ✓ Apresentação da agenda de trabalho ✓ Apresentação dos participantes ✓ Conectando as pessoas 	Facilitação
14h30 -15h00	Breve contextualização sobre o Projeto e Metodologia, Histórico do processo	Facilitação, IEMA e WWF-Brasil
15h00- 15h30	Resgate das Atividades da Oficina Preparatória: Território, Espécies	Facilitação e IEMA
15h30 -15h45	Intervalo	
15h45-17h00	Nivelamento conceitual: Objetivo Geral Definição do Objetivo Geral do PAT	
17h00-17h15	Nivelamento Definição dos Objetivos Específicos do PAT Capixaba- Gerais - apresentação do quadro consolidado das Ameaças	Facilitação
18h00 – 18h30	Avaliação e encerramento do dia	Facilitação
DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2020 - DAS 14H00 ÀS 18H00		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
14h00 -14h30	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Boas-vindas ✓ Resgate das atividades do dia anterior ✓ Apresentação da agenda de trabalho 	Facilitação
14h30 – 15h30	Definição dos Objetivos específicos	Facilitação
15h30 - 15h40	Intervalo	
15h40 - 16h00	Apresentação da planilha de planejamento e seus conceitos	Facilitação
16:00 – 17h30	Trabalhos em grupos com o preenchimento da planilha	Facilitação
17h30 – 18h00	Avaliação e encerramento	Facilitação
DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2020 - DAS 14H00 ÀS 18H00		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
14:00- 18:00	Preenchimento da planilha de planejamento -Trabalho nas salas virtuais	Todos
DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2020 - DAS 14H00 ÀS 18H00		
HORÁRIO	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
14:00- 18:00	Preenchimento da planilha de planejamento -Trabalho nas salas virtuais	Todos
DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2020 - DAS 14H00 ÀS 18H00		
14h00-14h30	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Boas-vindas ✓ Estabelecimento de acordos ✓ Apresentação da agenda de trabalho 	Facilitação
14:30- 16:30	Consolidação da planilha de planejamento: Café Mundial	Facilitação
16:30- 17:00	Definição do GAT	Facilitação
17:00- 17:30	Avaliação, encaminhamentos e encerramento	Facilitação

4. RELATORIA E RESULTADOS

4.1. Abertura e boas-vindas

A abertura da Oficina foi realizada por Savana de Freitas Nunes, representante do Instituto Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – IEMA/ES, Gabriela Brito do Instituto Estadual de Florestas - IEF/MG e Gabriela Viana Moreira - Coordenadora do Projeto Pró-Espécies no WWF-Brasil. Com as boas-vindas, em nome dos estados envolvidos no PAT e da agência executora do Projeto, elas agradeceram a participação de todos, salientando que o comprometimento dos participantes era fundamental para a construção de um Plano eficaz e com muitas ações, reforçando que contavam com o engajamento dos 50 participantes, dada a relevância do trabalho.

4.2. Apresentação e conexão dos participantes



Com o objetivo de promover a integração e a apresentação do perfil técnico dos participantes, foi realizada a dinâmica de conexão de pessoas, na qual os participantes, por meio de rodadas em salas virtuais, formaram grupos para que pudessem interagir e trocar informações a respeito das experiências individuais e das instituições que representavam. Nesse sentido, os participantes foram orientados pela seguinte pergunta: *“De que forma minha instituição pode colaborar com o Plano de Ação do Território Espírito Santo?”*. Além disso, foi compartilhado previamente à Oficina um Google Apresentação, onde cada participante poderia construir seu cartão de visitas incluindo: nome, instituição, cargo e responder perguntas chaves, além de incluir sua foto, desta forma o grupo pode tomar conhecimento prévio dos participantes.

*** Os cartões de apresentação elaborados por alguns participantes estão nos anexos.**

4.3. Nivelamento conceitual e revisão dos resultados da Oficina Preparatória

4.3.1. Projeto Pró-Espécies

Nesta seção, houve a contextualização do Projeto Pró-Espécies por Gabriela Moreira/WWF-Brasil mostrando as instituições envolvidas, os parceiros, a classificação das ameaças, o conceito para a definição das espécies-alvo e o Objetivo Geral.

Na apresentação, foi explicado que as espécies-alvo são aquelas consideradas CR Lacunas (CR-Criticamente em Perigo não contempladas em nenhuma estratégia de conservação), tanto da flora quanto da fauna.

Mais informações: www.prospecies.eco.br



* Apresentação completa nos anexos

4.3.2. Escopo do PAT Capixaba-Gerais

A apresentação realizada pela coordenadora técnica do PAT Capixaba Gerais, Savana de Freitas, do IEMA, destacou que o desenho do território surgiu após o mapeamento de espécies criticamente ameaçadas de extinção pelo Projeto Pró-Espécies, que identificou alta concentração de espécies alvo em quase todo o território do Espírito Santo, parte de Minas Gerais e parte do Rio de Janeiro. Esse fato acarretou o convite para que estes estados pudessem compor o PAT, inicialmente chamado de Território Mata Atlântica Espírito Santo.

Após a escolha e análise do território, ocorrida na primeira etapa da construção do PAT, foi realizada a Oficina Preparatória em novembro de 2020, na qual foram acordados importantes encaminhamentos de forma coletiva, como: a definição da lista de espécies, a abrangência do Território, o nome definitivo do PAT (PAT Capixaba Gerais), a identificação das principais ameaças, bem como a indicação das instituições que seriam convidadas para a Oficina de Elaboração.

Como resultado dos trabalhos realizados na Oficina Preparatória, pode-se destacar que houve a ampliação do território, nas regiões norte e sul, para abranger as bacias hidrográficas dos rios Mucuri, São Mateus e Itapemirim e a retirada da parte do território pertencente ao estado do Rio de Janeiro, uma vez que se constatou que não havia espécies alvo nessa porção. Dessa forma, o território que contava com uma área de cerca de 4.7 milhões de hectares, passou a ocupar 6.8 milhões de hectares, abarcando os estados do Espírito Santo e parte de Minas Gerais.

Além disso, ficou definido que as espécies alvo desse PAT são as que constam na lista de CR lacuna base do Pró-Espécies, obtidas a partir da lista nacional oficial de espécies ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de 2014, somadas às espécies criticamente em perigo de extinção das listas estaduais do Espírito Santo de 2019 (com recente avaliação, ainda não oficializada) e a lista estadual de fauna do Minas Gerais de 2010, além de espécies recém avaliadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro como CR Lacuna.

Outro ponto acordado foi a inclusão das espécies CR que com ocorrência somente em Áreas de Proteção Ambiental (APA). Essa categoria de unidade de conservação foi considerada em função das dificuldades relacionadas à sua gestão, que se reflete, muitas vezes, em um menor nível de proteção às espécies, quando comparada às demais UCs.

Dessa forma, o território passou de uma lista com 64 espécies alvo para outra com 260 espécies, sendo 41 da fauna (33 famílias), 219 da flora (63 famílias) e 233 consideradas beneficiadas (em revisão final pela equipe do IEMA/ES e IEF/MG).

***Apresentação nos anexos**

4.3.2.1. Território do PAT Capixaba Gerais

O Território, pactuado na Oficina anterior, foi apresentado pelo especialista em geoprocessamento Arthur Rocha, por meio de apresentação dinâmica, na qual foi demonstrado aos participantes o desenho global, possibilitando a compreensão de suas delimitações, localização das espécies-alvo, bacias hidrográficas e municípios abrangidos.

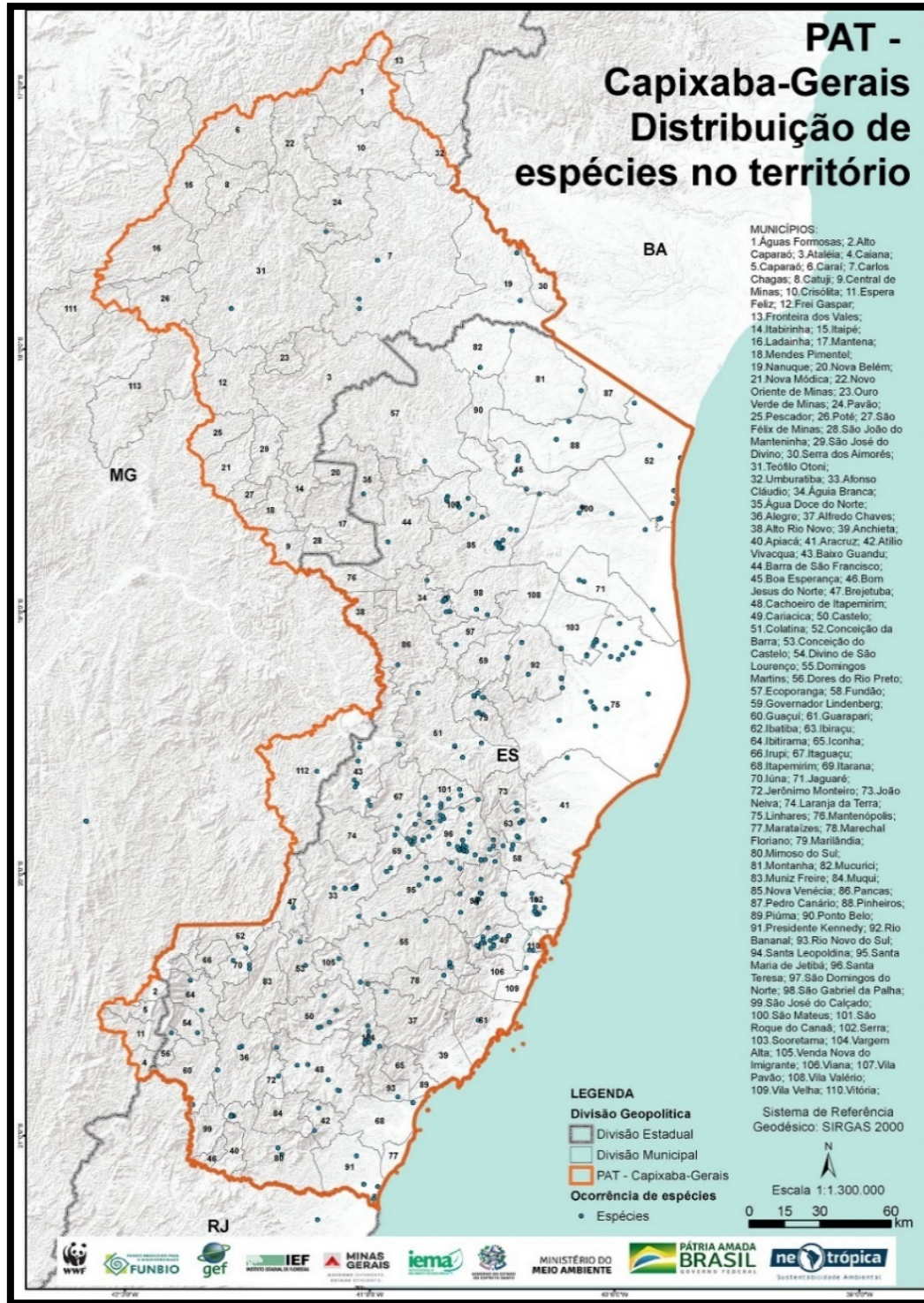


Figura 2. Mapa de distribuição de espécies

4.4. Objetivo Geral

Para definição do Objetivo Geral do PAT Capixaba - Gerais foi realizada uma atividade em grupos, seguida de pactuação dos resultados em plenária, com a utilização do aplicativo Mural (quadro-branco). Nesse sentido, se formaram seis grupos para elaborar as primeiras propostas que, na sequência foram discutidas em três grandes grupos, que dialogaram com base no conteúdo elaborado nos grupos de origem e na pergunta orientadora: *Qual é a mudança positiva na conservação da(s) espécie(s) do PAT que deve e pode ser alcançada nos próximos 5 anos?*

Ao final do exercício, em plenária, cada grupo apresentou sua proposta de objetivo geral para diálogo e validação de uma proposta, sendo as propostas apresentadas abaixo:

Grupo 1: *“Melhorar o estado de conservação das espécies do PAT Capixaba Gerais, restaurando e garantindo seus habitats, mitigando os impactos que as ameaçam e promovendo a popularização do conhecimento dessas espécies”.*

Grupo 2: *“Mitigar as ameaças à conservação no território do PAT Capixaba-Gerais, visando ampliar as estratégias de conservação e engajar a sociedade na adoção de políticas sustentáveis”.*

Grupo 3: *“Implementar medidas de conservação no território do PAT Capixaba-Gerais, que levem à redução do risco de extinção das espécies alvo e à manutenção dos serviços ecossistêmicos”.*

Após contribuições dos participantes em plenária foi pactuada a seguinte redação final:

OBJETIVO GERAL FINAL

“Implementar medidas de conservação da sociobiodiversidade no território do PAT Capixaba-Gerais, que reduzam as ameaças sobre as espécies e promovam a manutenção dos serviços ecossistêmicos com engajamento da sociedade”.

4.5. Objetivos Específicos

Segundo a metodologia de elaboração de PAT, os objetivos específicos refletem o resultado intermediário para a redução ou supressão das ameaças às espécies alvo do PAT, devendo ser exequíveis e passíveis de aferição dentro de seu ciclo de vigência (5 anos), contribuindo desta forma para alcançar o Objetivo Geral.

Para a elaboração dos objetivos específicos no PAT Capixaba-Gerais, os participantes foram organizados em quatro grupos, que se reuniram em salas virtuais, com a tarefa de desenvolver até 2 objetivos específicos para validação em plenária.

Os grupos trabalharam com base na seguinte pergunta orientadora: “O que esperamos alcançar/desenvolver para minimizar ou eliminar as ameaças, considerando o alcance do objetivo geral do PAT?”. Como recomendação, colocou-se que também deveria ser considerada a lista de ameaças às espécies, o tamanho do território e a quantidade de espécies alvo, priorizando as áreas com maior concentração destas.

Para organizar a atividade e facilitar o processo, o especialista em geoprocessamento apresentou, por meio de mapas dinâmicos, as principais informações sobre o Território, os quais destacam-se: a distribuição das espécies nos municípios, as Unidades de Conservação, os Territórios Indígenas, os Territórios Quilombolas e as atividades consideradas potenciais ameaças às espécies alvo.

De posse de um conjunto de informações, os grupos foram organizados em salas virtuais, sendo nomeado um relator para cada um deles, que teve como missão a sistematização dos resultados e apresentação das propostas de seu grupo em plenária. As ameaças foram agrupadas considerando a similaridade dos temas, conforme demonstra a tabela abaixo, e foram a base para a definição dos objetivos específicos. Cada participante escolheu voluntariamente seu tema de interesse.

Tabela1: Organização dos grupos temáticos

GRUPO	TEMA/AMEAÇA
Grupo 1.	Agricultura; Silvicultura; Uso do fogo.
Grupo 2.	Mineração; Barramento.
Grupo 3.	Extratativismo ilegal; Invasão de espécies exóticas e oportunistas.
Grupo 4.	Urbanização; Poluição; Expansão urbana.

Após a dinâmica de grupo e apresentação das propostas em plenária, foram pactuados seis Objetivos Específicos e, de forma assíncrona, foi criado, posteriormente o Objetivo Zero, apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2: Resultado da elaboração dos Objetivos Específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS CONSOLIDADOS	
OBJETIVO ESPECÍFICO 0	Priorização de áreas para a implementação do PAT.
OBJETIVO ESPECÍFICO 1	Promoção de boas práticas ambientais, de base ecológica, no uso da terra e produção agrícola no território do PAT.
OBJETIVO ESPECÍFICO 2	Realização de atividades de prevenção, conscientização, monitoramento e mapeamento para evitar incêndios florestais.
OBJETIVO ESPECÍFICO 3	Revisão e aprimoramento da regulação e zoneamento das atividades de mineração e barramento no território do PAT.

OBJETIVO ESPECÍFICO 4	Mitigação do impacto causado pelas espécies exóticas/invasoras no território do PAT Capixaba-Gerais.
OBJETIVO ESPECÍFICO 5	Redução da pressão de coleta e comércio das espécies-alvo.
OBJETIVO ESPECÍFICO 6	Implementação de mecanismos de proteção e restauração de ambientes naturais.

4.6. Matriz de Planejamento

Conforme a metodologia, a Matriz de Planejamento traz as ações a serem realizadas para o alcance dos 6 objetivos específicos validados pelo grupo. Nela, cada ação foi construída para eliminar ou reduzir as ameaças às espécies alvo do PAT (lista de ameaças disponível nos anexos deste documento). A matriz considerou, ainda, os produtos e resultados esperados, bem como o período de desenvolvimento das atividades, e indicou os colaboradores e articuladores responsáveis pela implementação de cada ação. Vale ressaltar que foi orientado para que as ações planejadas fossem exequíveis considerando a vigência de 5 anos do PAT e a governança dos atores, sendo que estão previstas monitorias periódicas para realizar ajustes se necessário.

Para a elaboração da matriz de planejamento, os participantes foram divididos em seis grupos de trabalhos temáticos, nos quais cada participante escolheu o tema de seu interesse para integrar determinado grupo, sendo eleito um relator/facilitador, com a missão de sistematizar as informações e compartilhar com os demais grupos, por meio de rodadas virtuais, possibilitando a contribuição de todos.

Os grupos trabalharam em salas virtuais durante 3 dias (15 a 17 de dezembro), sendo que o link de acesso às salas ficou disponível para que todos pudessem acessar a planilha de forma assíncrona, a qualquer momento, e dar continuidade ao trabalho.

Após os dias de trabalhos, com diálogos e contribuições em grupo e de modo assíncrono, foi realizado um momento de consolidação das propostas, pela técnica denominada Café Mundial, onde todos os grupos puderam visualizar e sugerir alterações. Após, as apresentações gerais, sugestões e alterações, foram constituídas as propostas de ação detalhadas na tabela a seguir, segmentada por Objetivos Específicos, conforme a metodologia.

OBJETIVO ESPECÍFICO 0 - PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PAT

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações
0.1	Elaborar mapas de "hotspots" (maior concentração de registros de ocorrência das espécies alvo do PAT), das ameaças e identificação das lacunas de ocorrência/conhecimento.	Mapas de hotspots, de ameaças e de lacunas produzidos.	Fornecer Subsídio técnico para as ações dos objetivos 1 a 6.	Mês 01 Ano 01	Mês 02 Ano 01	Savana (IEMA)/ Gabriela (IEF)	Luiz Fernando Duboc (UFES); Karina Furieri (CEUNES/UFES); Luísa Sarmento - Nossos Riachos; Coordenação de Geomática e Inovação Tecnológica (IEMA/ES) ; Flávia Guimarães Chaves (INMA); Camila Teixeira UEMG/UFMG; Pedro (IDAF).	R\$ 20.000,00	Território do PAT	
0.2	Definir áreas prioritárias para desenvolvimento das ações de cada objetivo do PAT . Sugestão: Juntar as ações 1 e 2. Definir áreas prioritárias para a implementação do PAT, baseado na distribuição das espécies alvo, seus habitats e lacunas.	Relatório indicando critérios utilizados e análise realizada para a priorização das áreas.	Indicação das áreas prioritárias para execução das ações dos objetivos do PAT. Sugestão: áreas prioritárias estabelecidas fornecendo subsídios para a implementação das ações do PAT.	Mês 03 Ano 01	Mês 03 Ano 01	Savana (IEMA)/ Gabriela (IEF)	Luiz Fernando Duboc (UFES); Karina Furieri (CEUNES/UFES); Luísa Sarmento - Nossos Riachos; Coordenação de Geomática e Inovação Tecnológica (IEMA/ES) ; Flávia Guimarães Chaves (INMA); Camila Teixeira UEMG/UFMG; Pedro (IDAF).	R\$ 20.000	Território do PAT	
0.3	Fazer levantamento de dados primários das espécies alvo nas áreas identificadas como lacunas no PAT.	1. Relatório sobre a ocorrência das espécies alvo nas áreas lacunas elaborado; 2. Complementação dos mapas de distribuição das espécies alvo.	Melhoria do conhecimento/ Atualização de informações sobre as espécies alvo. Sugestão: Conhecimento sobre as espécies alvo melhorado e disponibilizado	Mês 06 Ano 01	Mês 12 Ano 02	Savana (IEMA)/ Gabriela (IEF)	Duboc; Karina Furieri (CEUNES/UFES); Luísa Sarmento - Nossos Riachos; Coordenação de Geomática e Inovação Tecnológica (IEMA/ES) ; Flávia Guimarães Chaves (INMA).	R\$ 100.000,00	Território do PAT - Áreas lacunas	
0.4	Atualizar as áreas prioritárias para conservação no Estado do Espírito Santo.	1. Mapas de áreas prioritárias; 2. Relatório de análise e critérios utilizados; 3. Sistema de informações ambientais para tomadores de decisão.	Subsídios para utilização pelos órgãos ambientais no planejamento de ações e tomada de decisão referente à criação de UCs, licenciamento, fiscalização e outros, visando a redução de ameaças à sociobiodiversidade no território. Sugestão: Sistema de informação sobre áreas prioritárias para a conservação elaborado e disponibilizado para os órgãos ambientais do Estado.	Mês 6 Ano 01	Mês 12 Ano 2	Savana (IEMA)	Luiz Fernando Duboc (UFES); Karina Furieri (CEUNES/UFES); Luísa Sarmento - Nossos Riachos; Coordenação de Geomática e Inovação Tecnológica (IEMA/ES) ; Flávia Guimarães Chaves (INMA); Camila Teixeira UEMG/UFMG; Pedro (IDAF).	R\$500.000,00	Território do PAT	Material do IPEMA usou informações apenas de aves, mamíferos e odonatas; Avaliar utilização de metodologia KBA, documento Reflorestar (Avaliação de oportunidades etc).

OBJETIVO ESPECÍFICO 1 - PROMOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS, DE BASE ECOLÓGICA, NO USO DA TERRA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO TERRITÓRIO PAT

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações
1.1	Diagnosticar as comunidades quanto ao desenvolvimento de práticas agroecológicas no território PAT. Sugestão: Identificar (diagnóstico) as comunidades que utilizam as práticas agroecológicas nas áreas prioritárias do PAT.	Relatório com lista das comunidades que desenvolvem e que não desenvolvem práticas agroecológicas e atividades correlatas elaborado.	Definição de áreas potenciais para atuação e viabilização das demais ações do objetivo 1. Sugestão: Comunidades com potencial para o desenvolvimentos atividades do objetivo 1 identificadas.	Mês 1 Ano 1	Mês 12 Ano 1	Luisa Sarmento (Nossos Riachos)	Sindicatos Rurais/ MST/ INCAPER/ SENAR, escolas agrícolas Articulação Nacional de Agroecologia, associação de agricultores (assentamentos), Marcus Vilaça (Mosaico Meio Ambiente) , WWF-Brasil, Prefeituras municipais (secretarias meio amb, agricultura), EMATER (coord regionais), EMBRAPA	R\$ 30.000,00	Áreas prioritárias do PAT	
1.2	Construir habilidades e capacidades em práticas agroecológicas no território com as comunidades identificadas na ação 1.1.	Relatório da capacitação/ curso de campo/ Manual (passo a passo) / Simpósio sobre práticas em agricultura sustentável no território PAT.	Espaços criados para o intercâmbio e Troca de experiências e conhecimentos entre as comunidades visando o fortalecimento das boas práticas; Sensibilização de comunidades que ainda não desenvolvem práticas agroecológicas. Sugestão: Comunidades sensibilizadas e desenvolvendo práticas agroecológicas.	Mês 1 Ano 2	Mês 12 Ano 5	Fabiana Ruas (INCAPER)	Tiago Barbosa (UFVJM), Paulo Radaik (Caparaó), Carlos (IEF- Teófilo Otoni)/ SENAR/ Soraya (Escola Agrícola de Pinheiros) , articulação nacional de agroecologia, Fabiana Peneireiro , Secretarias Municipais de meio ambiente e Agricultura; Instituições de Ensino Federais (Curso Educação no Campo), Sebastião Francisco Alves (ACPN)	R\$ 150.000,00 (considerar 50.000 por curso)		
1.3	Fomentar a implantação de boas práticas ambientais e agroecológicas*, através de orientação e assistência técnica e doação de mudas e insumos. Sugestão: Sensibilizar as prefeituras para implementar programas de agroecologia.	Relatório de monitoramento das áreas fomentadas (mapas, materiais fomentados, modalidade).	Melhoria da qualidade ambiental no território. Municípios apoiados/incentivados à Construção de programas municipais de agroecologia. Sugestão: Municípios com programas de agroecologia implementados.	Mês 1 Ano 1	Mês 12 Ano 5	Janaína Mendonça (Secretaria M.Ambient Teófilo Otoni)	Escolas Agrícolas, Universidades e Instituições de Ensino, Associações de Produtores, Secretarias Municipais e Estaduais de Agricultura e de Meio Ambiente e Gestores das UCs na região de abrangência do Projeto. Reflorestar; Thiago Belotti (WWF); ICRAF; WRI; Fundação Renova?	R\$ 500.000	Áreas prioritárias para execução desse objetivo na região do Vale do Mucuri	*Métodos: (plântio direto, sistema agroflorestal, práticas de conservação de solo e água, estradas ecológicas, uso de homeopatia, uso de caldas e produtos naturais, compostagem, agricultura orgânica, pecuária ecológica, etc) Sobre custo foi considerado recursos destinados a insumos.
1.4	Sensibilizar e capacitar proprietários rurais para o desenvolvimento de atividades de turismo sustentável no espaço rural.	Relatórios de capacitação, Manual de Boas Práticas para o Turismo no Espaço Rural elaborado; Manual de observação de aves, peixes, mamíferos, entre outros elaborado.	Incentivo ao turismo como alternativa econômica sustentável às práticas agrícolas. Comunidade preparada para receber o visitante. Sugestão: Comunidades/proprietários	Mês 1 Ano 1	Mês 12 Ano 5	Sebastião Francisco Alves (ACPN)	Luisa Sarmento (Nossos Riachos), Tiago Barbosa (UFVJM) SEBRAE / SENAR / SETUR / ARPEMG/ Valdivia Rocha-(IMD 27 99245-3595)	R\$ 50.000,00 por evento	Roteiros / Circuitos Turísticos já existentes e em maior atividade	Sinergia com a ação 5.5.

			rurais desenvolvendo atividades de turismo rural e sustentável como parte das atividades econômicas.							
1.5	Identificar e promover os canais de comercialização existentes que garantam o valor agregado aos produtos agroecológicos, junto às comunidades (ação 1.1). Sugestão: Identificar e fomentar circuitos curtos de comercialização dos produtos da agroecologia nos municípios prioritários.	Relatório com o levantamento dos canais de comercialização existentes elaborado; Roteiro para viabilizar a comercialização dos produtos e serviços (feiras, balcões, PNAE, Merendas / Delivery) elaborado.	Produtos agroecológicos valorizados. Alimentos com valor socioambiental agregado. Comunidade comercializando diretamente com os consumidores ou entregando seus produtos no destino final de consumo. Sugestão: Circuitos curtos de comercialização dos produtos da agroecologia estabelecidos e funcionando, agregando valor socioambiental.	Mês 1 Ano 2	Mês 12 Ano 5	Fabiana Ruas (INCAPER)	Jananína (T. Otoni), Feiras orgânicas (identificar colaboradores com Fabiana-Incaper), WWF-Brasil	R\$ 100.000,00	Nas áreas identificadas na ação 1.1	Identificar os canais e promover o caminho para a transição- PNAE- PAA- Feiras- Ação de caráter mais voltado para a articulação (porém pode envolver custo para promoção).

OBJETIVO ESPECÍFICO 2 - REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO, MONITORAMENTO E MAPEAMENTO PARA EVITAR INCÊNDIOS FLORESTAIS.

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período	Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações	
2.1	Estabelecer uma rede de cooperação entre entes públicos e privados para combate, monitoramento e prevenção a incêndios na APA Mucuri e entorno (área piloto).	1. Termos de cooperação de responsabilidade para combate e prevenção de incêndios com os atores locais estratégicos; 2. Acordos para compartilhamento de brigadas com entes públicos e privados; 3. Aplicativo de compartilhamento de brigadas; 4. Aplicativo de alertas de focos (ver com pessoal do Previncendio - aplicativo Fênix).	Criação de uma rede de cooperação atuante e integrada para combate, monitoramento e prevenção de incêndios. Sugestão: Rede de cooperação para a prevenção, combate e monitoramento de incêndios constituída e atuando.	Mes 3 Ano 1	Mes 6 Ano 5	10	Previncendio, ICMBio, COPASA, prefeituras, DER, MP (pessoal que possuem TAC), Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Funai, comunidades tradicionais, PREVINES/ES, Camila Teixeira (UEMG), Vinicius Goulart (Consultor de Data Science), Rafael Liberal (Consultor de Data Science)UFVJM - Campus Teófilo Otoni , equipes UCs, Empresas de celulose (Suzano - Yugo Matsuda), alcoleiras.	R\$ 50.000,00	APA Mucuri	Memória de cálculo do custo: consultor para desenvolvimento e manutenção dos aplicativos. A gestão do banco de dados pode ser feita por pesquisadores.
2.2	Mapear as áreas com risco de incêndio através de modelagem ambiental. Observação: Essa não seria uma atividade a ser desenvolvida na ação 1?	Mapas de áreas prioritárias para combate e prevenção do fogo com uso de modelagem ambiental e divulgação para entidades e órgãos ambientais responsáveis	Definição de áreas prioritárias para realização de ações futuras de prevenção e combate a incêndios. Sugestões: Áreas prioritárias para prevenção e combate a incêndios identificadas e informação	Mes 1 Ano 1	Mes 12 Ano 4	Camila Teixeira (UEMG)	MAPBIOMAS, INPE, José Eugênio Cortês (ICB UFMG), Ubirajara (PPG Modelagem Sistemas Ambientais - IGC UFMG), PREVINES/ES, Polícia Ambiental/CBM(Bombeiros)	R\$ 36.000,00	áreas atingidas por incêndio, áreas de calor	Dados do INPE para fazer o mapeamento da áreas de incêndio ao longo dos cinco anos com modelagem ambiental usando por exemplo o programa DinamicaEgo; Parceria com MAPBIOMAS; Memória de cálculo: valor de uma bolsa de mestrado

			compartilhada com os órgãos ambientais da PAT							
2.3	Realizar campanhas de sensibilização para prevenção de incêndios e uso adequado do fogo.	1. Lista de localidades prioritárias definida para realização de Campanhas preventivas, com apoio das universidades; 2. Materiais de (conscientização e) divulgação elaborados; 3. Oficinas e campanhas anuais (no período prévio à época de secas).	Sensibilização geral da população e dos atores estratégicos sobre prevenção de incêndios e uso adequado do fogo. Sugestão: População e tomadores de decisão sensibilizados sobre a prevenção e combate a incêndios.	Mes 1 Ano 2	Mes 12 Ano 5	PREVINES/ES*	Previncendio -IEF, Antônio Marcos (IEF-Gerente APA Mucuri), Alessandra Fidelis (Unesp -Rio Claro), Giselda Durigan (Instituto Florestal - Assis), Estação Biológica Santa Lúcia, José Eugênio Cortês (ICB UFMG), Henrique Zaluar (ICMBio), Fernanda Costa (UEMG), Marcos Teixeira (UFES-São Matheus), UFVJM Campus Teófilo Otoni.	R\$ 100.000,00	Localidades definidas como prioritárias	Focar em materiais digitais, mas pode ser necessário ter material impresso (ex. para comunidades com pouco acesso a internet). Ideias: Campanhas também em meio digital (ex. propagandas no YouTube); jogos (jogo de cartas, jogo virtual - possibilidade de desenvolver com alunos universitários); Sítio eletrônico para divulgação de forma acessível das campanhas e informações
2.4	Implementar um plano de Manejo Integrado do fogo - MIF na APA Mucuri como área piloto.	1. Relatório de acompanhamento da implementação 2. Ajustes no Plano inicial para futuras implementações em outras áreas.	MIF implementado, com redução do número de incêndios	Mes 3 Ano 1	Mes 12 Ano 5	Antônio Marcos (Gerente APA Mucuri)	CBMMG - Tenente Gedaias; Representantes da Defesa Civil/ Gestores municipais (a lista constando os nomes dos gestores e representantes da defesa civil serão encaminhados a posteriori, considerando que esta acontecendo a transição de governos municipais); ICMBio - Estevão; COPASA - Sr. Aldo; Previncêndio-MG; MPMG - Dra. Adriana, Promotoria de Meio Ambiente comarca de Teófilo Otoni; Secretaria Estadual de segurança e defesa social MG; Empresas privadas; Exército Brasileiro, contactar comandante do Tiro de Guerra de Teófilo Otoni; DER MG.	R\$ 40.000,00	APA do Mucuri	Seria um projeto piloto - Serão priorizadas áreas com maior conectividade e de recarga, zonas de conservação de vida silvestre e de recursos naturais.
2.5	Criar e subsidiar brigadas voluntárias para atuação no território do PAT	1. Localidades definidas com base no mapeamento da ação 2.2 e já com presença de brigadas aptas a fornecer treinamentos. 2. Cursos anuais de formação de brigadas realizados; 3. Brigadas voluntárias de incêndios formadas.	Capacitação da sociedade civil para combate aos incêndios florestais. Sugestão: Brigadas voluntárias constituídas e atuando no Território.	Mes 1 Ano 2	Mes 12 Ano 5	PREVINES/ES*	Previncendio, Antônio Marcos (IEF-Gerente APA Mucuri), Henrique Zaluar (ICMBio), Empresas de celulose (Suzano - Yugo Matsuda), alcoleiras, Bombeiros/Pol. Ambiental, Nilton Broseghini??	R\$ 240.000,00	Localidades definidas como prioritárias	Memória de cálculo do custo: R\$ 20.000,00 por curso, sendo cursos anuais (4 anos) em 3 localidades prioritárias na área do PAT. Possibilidade de fazer cursos de reciclagem virtuais.
* Esperando a confirmação do representante da Instituição										

OBJETIVO ESPECÍFICO 3 - REVISÃO E APRIMORAMENTO DA REGULAÇÃO E ZONEAMENTO DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E BARRAMENTO NO TERRITÓRIO DO PAT

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações
3,1	Realizar ações de sensibilização sobre os impactos de pequenos e médios barramentos e o uso de boas práticas no âmbito dos cursos d'água para as comunidades próximas.	1- Materiais de divulgação elaborados; 2- Relatórios dos workshops realizados em locais estratégicos.	Minimizar os impactos dos barramentos sobre as espécies e ambientes. Sugestão: Impactos dos barramentos sobre as espécies e seus ambientes minimizados.	Mês 07 Ano 01	Mês 12 Ano 05	Marina (GCFAP/IEF/MG); AGERH/ES*	Comitês de bacia; Gilberto Salvador (UFMG); Luísa Sarmento (Nossos Riachos); Fabiana/Cíntia (projeto Barraginhas/INCAPER)	60.000,00	Território do PAT	
3,2	Realizar ações de sensibilização sobre boas práticas na mineração (particularmente inselbergs) e extração de areia no entorno/área de influência dos cursos d'água.	1- Materiais de divulgação; 2- Workshops em locais estratégicos.	Extração de areia controlada e com boas práticas para a mineração adotadas.	Mês 07 Ano 01	Mês 12 do ano 05	Marina (IEF/MG); IEMA/ES * (licenciamento)	Comitês de bacia; Gilberto Salvador (UFMG); Luísa Sarmento (Nossos Riachos); Luísa Azevedo (UFMG)	60.000,00	Território do PAT	
3,3	Propor a revisão do licenciamento de atividades como extração de areia em leito de rio e pequenos/médios barramentos de forma a minimizar os impactos atuais sobre os cursos d'água no Espírito Santo.	1- Minuta de revisão elaborada com a definição de novos parâmetros para o licenciamento; 2 - Minuta encaminhada aos órgãos ambientais competentes.	Redução dos riscos às espécies alvo do PAT ocorrentes em áreas com extração de areia ou sujeita a barramentos; Fiscalização e licenciamento/regularização qualificados com mais rigor técnico e favorecendo maior proteção aos ambientes e espécies. Sugestão: Riscos às espécies alvo do PAT e seus ambientes miminizados, com aplicação das normas revisadas para o licenciamento de extração de areia e barramentos dos cursos de água.	Mês 01 do ano 02	Mês 12 do ano 02	Renata Soares (IEMA/ES)	SUPRAM Leste; Savana (IEMA/ES); Luiz Fernando Duboc (CEUNES/UFES); Gilberto ??? (???) ; Luisa???? (???) ; IDAF*	R\$ 20.000,00	Território do PAT	
3,4	Definir áreas prioritárias para conservação dos cursos d'água com base nas espécies alvo do PAT e considerando os usos múltiplos dos recursos hídricos, bem como os impactos das atividades de barramentos e extração/mineração no Estado do Espírito Santo.	1- Mapa de áreas priotárias para conservação dos cursos d'água definidas; 2- Estudo e resultados encaminhados para os órgãos ambientais competentes;	Delimitação de áreas a serem preservadas em função da ocorrência das espécies alvo do PAT e daquelas com possibilidade de barramentos. Redução das ameaças às espécies alvo. Subsídio técnico aos órgãos ambientais/fiscalizadores e pelos tomadores de decisão. Sugestão: Áreas prioritárias para a conservação das	Mês 06 Ano 03	Mês 12 Ano 05	Savana IEMA;	Coordenação de Geomática e Inovação Tecnológica (IEMA/ES)*; IEF; Adriana Monteiro da Costa (IGC /UFMG)	R\$ 100.000,00	Território do PAT	Ação vinculada à ação 0.4 Consultar os PRIMs https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/planos-de-reducao-de-impacto

		espécies alvo e seus ambientes aquáticos (cursos d'água) definidas e sendo utilizado pelos órgãos ambientais e de fiscalização.							
3,5	Realizar levantamento primário e secundário de ocorrência das espécies de peixes marinhos no rio Mucuri a montante da UHE Santa Clara para verificar a existência de populações isoladas.	1 - Estudos primários (amostragens de peixe e de ictioplâncton) e secundários realizados; 2 - Presença ou ausência das espécies marinhas a montante da UHE verificada; 3 - Material de divulgação para a comunidade científica e para a sociedade elaborados e publicados.	Definição da presença ou ausência de espécies marinhas nos trechos lóticos de Minas Gerais. Sensibilização da comunidade sobre os impactos sobre fauna aquática devido a fragmentação em trechos de rios. Sugestão: Levantamento da Ictiofauna realizada proporcionando o conhecimento sobre os impactos da fragmentação dos ambientes aquáticos.	Mês 06 Ano 01	Mês 06 Ano 03	GCFAP (IEF-MG)	Gilberto Salvador** (Instituição?); lago Penido (?????).	400.000,00	Bacia do rio Mucuri a montante da UHE Santa Clara
3,6	Avaliar a categoria de ameaça e o risco de extinção para as espécies de peixes marinhos no Estado de Minas Gerais na atualização da lista vermelha estadual.	1 - Categoria de ameaça revisada para as espécies marinhas.	Contribuição para a comunidade científica e tomadores de decisão através da atualização da categoria de ameaça das espécies no Estado de Minas Gerais. Sugestão: Subsídios atualizados para tomada de decisão com a lista atualizada de espécies ameaçadas.	Mês 06 Ano 03	Mês 12 Ano 04	GCFAP * (IEF-MG)	?????	40.000,00	Bacia do rio Mucuri a montante da UHE Santa Clara

*No aguardo de definição do representante da Instituição

** a confirmar

OBJETIVO ESPECÍFICO 4 - MITIGAÇÃO DO IMPACTO CAUSADO PELAS ESPÉCIES EXÓTICAS/INVASORAS NO TERRITÓRIO DO PAT CAPIXABA-GERAIS

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações
4,1	Realizar levantamento das espécies exóticas invasoras (fauna e flora) em áreas com maior ocorrência de espécies alvo do PAT Sugestão: áreas prioritárias definidas na na ação 0.1.	1 - Inventário florístico e faunístico (levantamento de dados primários e secundários a partir da ação 01 do objetivo 0) 2- Expedições de campo nos pontos considerados hotspots pela ação 1 do objetivo 0 para mapeamento de ocorrências das EEI e coleta de material biológico 3 - Material biológico coletado identificado e incorporado aos Herbários e coleções zoológicas locais.	Indicação das áreas de maior ocorrência de EEI e necessidade de intervenção no território do PAT.	1 - Mês 6 Ano 1 2 - Mês 1 Ano 2 3 - Mês 2 Ano 2	1 - Mês 8 Ano1 2 - Mês 12 Ano 3 3 - Mês 3 Ano 4	Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA)	Geovane Siqueira (Reserva Natural Vale); Luiz Fernando (UFES); João P. Zorzanelli (INMA); Tatiana Carrijo (UFES); Marcelo Simonelli (IFES); Felipe Saiter (IFES); Marcio Verdi (CNCFlora/JBRJ).	100.000,00	Áreas prioritárias	
4,2	Informar e sensibilizar os proprietários das áreas inventariadas na ação 4.1 quanto à importância do controle e manejo das exóticas.	1 - Reuniões, palestras ou workshops realizados com o público alvo; 2 - Material informativo sobre as exóticas e seus impactos produzido e divulgado.	Sensibilização dos proprietários sobre os danos causados por exóticas invasoras nos ambientes naturais e envolvimento dos mesmos nas ações de manejo. Sugestão: Proprietários nas áreas prioritárias sensibilizados dos danos causados pelas exóticas invasoras nos ambientes naturais.	Mês 2 Ano 2	Mês 12 Ano três	Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA)*	Geovane Siqueira (Reserva Natural Vale); Luiz Fernando (UFES); João P. Zonzanelli (INMA); Tatiana Carrijo (UFES); Marcelo Simonelli (IFES); Felipe Saiter (IFES).	50.000,00		
4,3	Realizar o controle e manejo das espécies exóticas invasoras da flora nas áreas inventariadas na ação 4.1, com destinação do material lenhoso à comunidades quilombolas e indígenas no território do PAT.	1 - Mapa/lista de localidades prioritárias para controle e manejo dessas espécies realizada. 2 - Plano de controle e manejo elaborado. 3 - Lista de comunidades quilombolas, indígenas e outras interessadas em receber o material lenhoso. 4 - Relatório das ações de controle e manejo executadas nas localidades identificadas como prioritárias.	Redução da ocupação de espécies exóticas invasoras. Sugestão: Impactos das espécies exóticas invasoras reduzido nas áreas prioritárias.	1- Mês 6 Ano 2 2- Mês 1 Ano 3 3- Mês 6 Ano 2 4- Mês 6 Ano 2	1- Mês 12 Ano 3 2- Mês 2 Ano 4 3- Mês 8 Ano 2 4- Mês 8 Ano 5	Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA) - confirmar	Equipes da UCs; INCRA (Serviço Quilombola) Luiz Fernando (UFES); João P. Zonzanelli (INMA); Tatiana Carrijo (UFES); Marcelo Simonelli (IFES).	R\$ 300,00	Áreas prioritárias	Pode integrar com ação de recuperação de áreas do Obj. 6 e PRA.

4,4	Realizar ações educativas/orientativas sobre exóticas invasoras e os impactos da introdução e dispersão, voltadas a sensibilizar principalmente proprietários rurais.	1- Conteúdo sobre EEI e impacto da soltura elaborado; 2- Material informativo disseminado nas mídias sociais e portais do IEMA/IEF/Vale/UCs.	Sensibilização da sociedade sobre os danos causados por EEI nos ambientes naturais	1- Mês 6 Ano 1 2- Mês 8 Ano 1	1- Mês 10 Ano 5 2- Mês 10 Ano 5	Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA)*	ASCOM IEF; ASCOM IEMA; Instituto Horus*; Rafael Dudeque Zenni (UFLA); Renata Meirelles (Ed. Amb. IEF); Glauber Barino (IEF); Rosilene ou Karla (Ed. Amb. IEMA); Maria Cecília Kierulff (INMA); CETAS; GCFAP (IEF); Daniel Vilela (CETAS/BH IBAMA); Karina Furieri (UFES)	R\$ 150.000,00	Todo território	Associado ao Componente 3 do Projeto Pró-Espécies. Destacar a importância da entrega voluntária de animais exóticos ilegais junto aos órgãos ambientais, cuidados com a criação de peixes exóticos.
4,5	Propor a elaboração da lista oficial de EEI da fauna e flora continental do Estado do Espírito Santo.	1- Workshop/seminário para elaboração das listas realizado; 2- Minuta de normativa da lista de espécies exóticas invasoras da fauna elaborada e encaminhada para o IEMA; 3- Minuta de normativa da lista de espécies exóticas invasoras da flora elaborada e encaminhada para o IEMA.	Estabelecimento de uma referência para ações de manejo, recuperação, criação em cativeiro, etc.	1- Mês 1 Ano 2 2- Mês 1 Ano 3 3- Mês 1 Ano 3	1- Mês 12 Ano 2 2- Mês 6 Ano 3 3- Mês 6 Ano 3	Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA) - confirmar	Geovane Siqueira (Reserva Natural Vale); Luiz Fernando (UFES); João P. Zonzanelli (INMA); Tatiana Carrijo (UFES); Marcelo Simonelli (IFES); Felipe Saiter (IFES); Instituto Horus (A confirmar); Marina Rufino (GCFAP/IEF); Rafael Dudeque Zenni (UFLA); Tatiana Chapla (MMA)	50.000,00	Todo território	
4,6	Propor minuta de normativa para disciplinar o uso de espécies no paisagismo no Estado do Espírito Santo.	Minuta de normativa elaborada e encaminhada aos órgãos competentes para avaliação	Disciplinamento do uso de EEI no Estado do Espírito Santo. Sugestão: Normas para disciplinamento das espécies exóticas para a atividade de paisagismo elaboradas e apropriadas pelos órgãos ambientais no Estado do ES	Mês 7 Ano 3	Mês 6 Ano 4	Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA)*	Geovane Siqueira (RNVale), Luis Fernando Tavares (CEUNES), Marcelo Renan (IMD)	R\$ 20.000,00		
4,7	Propor minuta de normativa para orientar a criação de espécies da fauna exótica no Estado do Espírito Santo.	Minuta de normativa elaborada e encaminhada os órgãos responsáveis para avaliação	Disciplinamento do uso de EEI no Estado do Espírito Santo. Sugestão: Normas para a criação de espécies exóticas elaboradas e apropriadas pelos órgãos ambientais do Estado do ES.	Mês 7 Ano 3	Mês 6 Ano 4	CFAU/IEMA *	Jacques Passamani (NUBIO/IBAMA)	R\$ 20.000,00		

* A confirmar

OBJETIVO ESPECÍFICO 5 - REDUÇÃO DA PRESSÃO DE COLETA E COMÉRCIO DAS ESPÉCIES ALVO

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações
5.1	Realizar diagnóstico para identificação das espécies com potencial econômico que sofrem pressão de coleta e comércio.	1. Lista de espécies elaborada, 2. Catálogo informativo ilustrado publicado e divulgado.	Espécies alvo do PAT que sofrem pressão de coleta e comércio identificadas.	Mês 01 Ano 02	Mês 12 Ano 02	Geovane Siqueira (Vale)	João P. Zorzanelli (INMA), Marcio Verdi (CNCFlora/JBRJ), Flávia Chaves (INMA), Amélia Tuller (INMA), Geovane Siqueira (Vale), Luciana Thomaz (UFES), Marcelo Renan (IMD), Claudio Nicoletti (JBRJ)	R\$ 24.000,00	Todo o território do PAT.	(Caso os especialistas que compõem o PAT não possam realizar a avaliação das espécies que sofrem algum tipo de pressão de coleta ou comércio, poderá ser contratado um especialista).
5.2	Promover programa de educação ambiental sobre as espécies identificadas na ação 5.1, para comunidades nas áreas prioritárias definidas na ação 0.2 para esse objetivo.	1. Projetos* de Educação Ambiental e seus relatórios, incluindo abordagem sobre o impacto da caça, extração ilegal e tráfico. 2. Cartilha contendo registros fotográficos e trabalho de comunicação elaborada.	Comunidades informadas e sensibilizadas sobre a importância da conservação das espécies identificadas.	Mês 03 Ano 02	Mês 12 Ano 05	Karina Fureri (UFES)	Prefeituras municipais, Secretarias de Educação, Secretarias de Meio Ambiente, UFES, IFES, Fernanda Saleme (CNCFlora/JBRJ), Luisa Sarmiento (Nossos Riachos), Jaque (Vale), Manuela (Vale), Raiane (Vale), Rosilene (GEA/IEMA), Andressa Gatti (Pró Tapir), Jacques Passamani (IBAMA), Daniela Nossa (IMD)	650.000,00 em 4 anos	Santa Teresa; São Matheus, Vitória e mais uma localidade indicada pela ação 5.1.	*Oficinas e capacitações, incluindo concursos, tais como de fotografia.
5.3	Promover formação continuada sobre as espécies identificadas na ação 5.1 (ex. noções morfológicas e taxonômicas para identificação) para servidores e técnicos com atuação na fiscalização e controle ambiental.	1. Cursos abertos online realizados; 2. Manual on line/Guias de bolso para auxílio na identificação elaborados.	Técnicos responsáveis pelo combate à coleta ilegal orientados e capacitados.	Mês 03 Ano 02	Mês 12 Ano 05	Pedro de Sá (IDAF)	Karina Fureri (UFES), Jacques Passamani (IBAMA), Andressa Gatti (Tapyra), Rosilene Vieira (GEA IE MA), ESESP?	200.000,00	Todo o território do PAT.	
5.4	Pesquisar técnicas de propagação e germinação das espécies vegetais alvo do PAT com potencial econômico e capacitar viveiristas e agrofloreiros locais para utilização destas técnicas.	1. Protocolo para cultivo e manual técnico elaborados; 2. Relatório dos cursos, eventos e atividades de capacitação e divulgação realizados.	Aumento da propagação e dispersão dessas espécies no território. Sugestão: Protocolos para o cultivo (germinação e cultivo) das espécies alvo da flora desenvolvidos e divulgados.	Mês 01 Ano 03	Mês 12 Ano 05	Andreia Barcelos (UFES)	Geovane (Vale), Viveiro de mudas da FLONA do Rio Preto - Murilo Rezende Machado, Antelmo Falqueto e Luiz Fernando T. de Menezes (UFES), Fabiana (INCAPER), IEF (verificar quem da regional ou central).	50.000, por evento	São Matheus, Conceição da Barra, localidades de atuação dos colaboradores	

5.5	Promover atividades de renda e capacitação (técnica e administrativa) de guias locais para o turismo de observação de aves e outros grupos de fauna e flora	1. Guia de observação dos grupos (aves, borboletas, orquídeas, bromélias, etc), incorporando a história das espécies identificadas na ação 5.1; 2. Relatório dos cursos de capacitação para guias locais realizados.	Valorizar as espécies que sofrem pressão de coleta e comércio por meio do Turismo. Sugestão: Espécies alvo valorizados, principalmente nas atividades de observação no ecoturismo/turismo em áreas naturais.	Mês 01 Ano 02	Mês 12 Ano 05	Eduardo Alexandrino - (INMA)	Flávia Chaves (INMA), Marcelo Renan (Inst. Marcos Daniel), Andressa Gatti (Tapyra), Gustavo Magnago (IMD), Sayonara Cometti (Reserva Natural Vale).	100.000,00	Todo o território do PAT.	Integração com os guias de campo do Field Museum (https://fieldguides.fieldmuseum.org/pt-br).
-----	---	---	---	------------------	------------------	------------------------------	---	------------	---------------------------	---

OBJETIVO ESPECÍFICO 6 - IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMOS DE PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DE AMBIENTES NATURAIS

Nº	Ação	Produto	Resultados esperados	Período		Articulador	Colaboradores	Custo estimado (R\$)	Localidades	Observações
6.1	Propor a ampliação e a implementação das Políticas de Pagamento por Serviços Ambientais para todo território do PAT.	1. Proposta de Plano de Ação PSA-PAT possivelmente com spp. alvo regionais/locais 2. Áreas piloto privadas contratadas para conservação/recuperação 3. Relatório de áreas piloto efetivamente conservadas/recuperadas.	Conservação de ecossistemas nativos especialmente dos que abrigam espécies alvo do PAT; Ampliação de cobertura vegetal nativa enriquecida com espécies alvo do PAT. Sugestão: Ecossistemas nativos que abrigam as espécies alvo do PAT conservados e manejados.	Mês 1 Ano 1	Mês 12 Ano 5	Roberta CoClima	Leonardo e Manuela (IEF); Maria Cristina (ARPEMG); Reflorestar (Seama); Maria Otávia (IPE).	R\$ 5.150.000,00	10 municípios com maior número de espécies alvo do PAT e ainda não contemplados por programas de PSA já existentes nos Estados (lista anexa).	Custo estimado com base em 500ha de conservação (R\$300/ha) e 500ha de recuperação (R\$10mil/ha).
6.2	Apoiar a elaboração e implementação de planos municipais de conservação e recuperação da Mata Atlântica.	1. Planos municipais elaborados em 10 municípios prioritários do território do PAT 2. Primeiro relatório de implementação dos planos após dois anos da elaboração	Aperfeiçoamento do ordenamento territorial dos 10 municípios prioritários com foco nas spp. CR/Lacuna. Sugestão: Municípios (10) prioritários com o seus planos municipais da Mata Atlântica elaborados e implementados promovendo o aprimoramento seu ordenamento territorial.	Mês 1 Ano 1	Mês 12 Ano 5	Janaína Mendonça (Prefeitura Teófilo Otoni)	Leonardo e Manuela (IEF); Maria Cristina (ARPEMG); ANAMMA; SOS Mata Atlântica; Comitês de Bacia; ONGs e Associações regionais; CODEMAS; André Tebaldi (IEMA); Thiago Belote (WWF-Brasil); Cida Sodré (NAPMA/IEMA).	R\$ 750.000,00	Linhares, Nova Venécia, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Serra, São Roque do Canaã, Vargem Alta, Cariacica, Castelo, Teófilo Otoni, Nanuque, Carlos Chagas, Central de Minas.	O custo estimado considera o valor de R\$75mil por município. Apoio aos municípios por meio de apoio técnico, incentivo à implementação dos PRAs, etc, mediante identificação das iniciativas e instituições executoras ou potencialmente executoras de ações de restauração. Considerar experiência de Conceição da Barra e Teófilo Otoni.

6.3	<p>Apoiar a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) nos municípios de maior ocorrência de espécies (CR/Lacuna) alvo.</p>	<p>1. Relatório dos cursos de capacitação de multiplicadores (prefeituras, sindicatos...) para apoio na implementação do PRA pelo menos nos 10 municípios prioritários. 2. (Tratamento de dados-retirar) Análise de paisagem do local de ocorrência das CRs lacunas. 3. Relatório com a priorização no Fomento do IDAF, INCAPER e IEF.</p>	<p>Ampliação da área de vegetação nativa no território PAT. Áreas prioritárias do PAT regularizadas. Sugestão: Áreas prioritárias do PAT regularizadas com aumento de vegetação nativa protegida.</p>	Mês 1 Ano 2	Mês 12 Ano 5	Pedro (IDAF)/IEF	<p>NUBIO/IEMA; Marcos Sossai (Reflorestar); Fabiana (INCAPER); Emater; Comitês de Bacia; Fundação Renova; Instituto Terra; Samuel (MMA).</p>	R\$ 400.000,00	<p>Linhares, Nova Venécia, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Serra, São Roque do Canaã, Vargem Alta, Cariacica, Castelo, Teófilo Otoni, Nanuque, Carlos Chagas, Central de Minas</p>	Sinergia com objetivo 1, principalmente com a 1.3.
6.4	<p>Propor texto para atualização de normativa para orientar a elaboração de planos de recuperação de áreas degradadas no Estado do Espírito Santo.</p>	<p>Minuta de normativa elaborada e encaminhada aos órgãos responsáveis para avaliação.</p>	<p>Norma atualizada com orientações sobre os planos de recuperação de áreas degradadas.</p>	Mês 7 Ano 3	Mês 6 Ano 4	<p>Schirley Costalonga (NUBIO/IEMA)*</p>	<p>Luciano Guedes (NUBIO/IEMA), Pedro de Sá (IDAF).</p>			
* A confirmar										

4.7. Formação do Grupo de Assessoramento Técnico (GAT)

Conforme orientações metodológicas, o Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) é um grupo oficialmente instituído, publicado em portaria, para acompanhar, monitorar, avaliar e auxiliar na implementação do PAT, durante todo o seu ciclo de vigência (5 anos), atuando como representante dos participantes da Oficina de Elaboração. É formado por membros convidados de diferentes organizações e coordenado pelo IEMA, que é o coordenador do PAT, em conjunto com o IEF.

É importante que a composição dos membros seja diversificada, utilizando como critério o envolvimento da pessoa ou instituição com os Objetivos Específicos, um grupo de ações ou determinada região. A composição do GAT deve considerar, ainda, a diversidade na representatividade dos diferentes setores participantes do PAT (academia, órgãos federais, estaduais e municipais, ONGs etc.). Essa diversidade irá garantir, de fato, a implementação do PAT.

Nesse sentido, a indicação dos representantes do GAT Capixaba-Gerais foi realizada em plenária, seguindo os conceitos acima mencionados e considerando a composição de um grupo de instituições engajadas e determinadas em apoiar a coordenação do PAT em sua implementação, sendo uma de suas primeiras atribuições a análise e revisão da Matriz de Planejamento.

MEMBROS INDICADOS AO GAT

1. Maria Cristina Weyland Vieira - Associação de RPPNs (ARPEMG)/MG
2. Camila Palhares – Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - a confirmar
3. Fabiana Ruas - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) - a confirmar
4. Luisa Sarmiento - Instituto Nossos Riachos
5. Cláudio Nicolleti - Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)- a confirmar
6. Hellen Karine C. Teixeira – Instituto Estadual de Florestas (IEF)/MG - a confirmar
7. Geovane Siqueira - Reserva Natural Vale - a confirmar
8. Karina Furieri - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
9. Emater/MG – (Antônio indicará nome)
10. Sebastião Fran - Associação Capixaba do Patrimônio Natural (ACPN)

4.8. Encerramento, conclusões e encaminhamentos

Ao final de cinco dias intensos de diálogos, esclarecimentos e definições, Savana Nunes, agradeceu, mais uma vez, a participação de todos, ressaltando o quão importante foi o engajamento, considerando a proximidade das festividades de final de ano, enfatizando que todos se dedicaram e se mantiveram firmes ao longo de toda a semana, incorporando as atividades pactuadas no dia a dia.

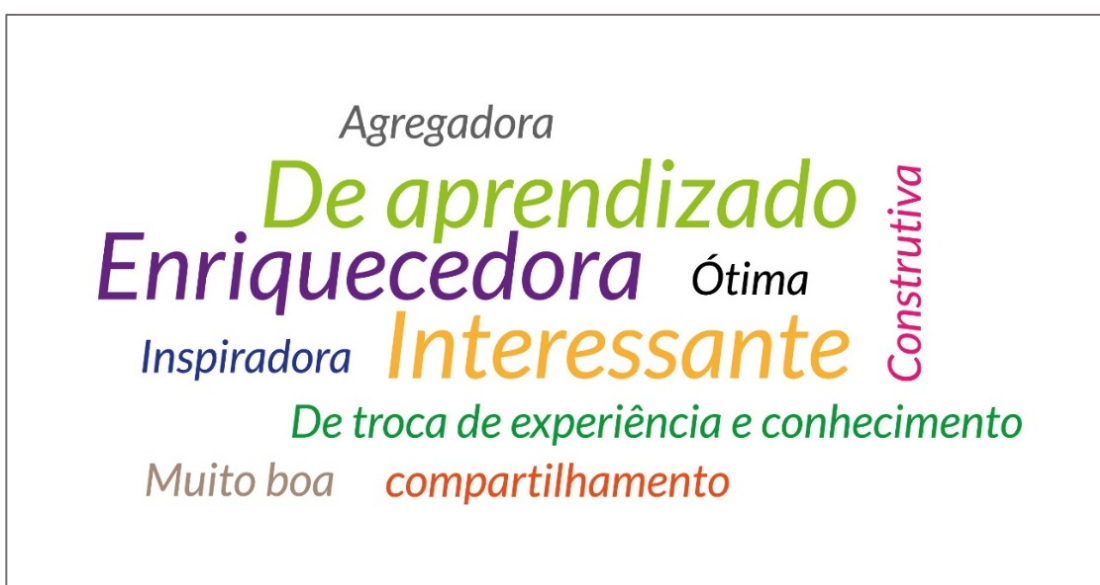
Como encaminhamentos finais ficou acordado que a planilha da Matriz de Planejamento ficaria com link aberto e disponível até o dia 30 de Dezembro/2020 para possíveis ajustes e inclusão de custos e nomes de novos colaboradores, sendo posteriormente enviada ao GAT, já constituído, para revisão até o dia 15 de janeiro de 2021. Posteriormente, ainda a coordenação do PAT fará um processo de validação junto às suas instituições.

4.9. Avaliações

A avaliação é uma importante aliada para a análise e aperfeiçoamento da metodologia, pois traz informações que direcionam os próximos passos e impactam os resultados obtidos. Dessa forma, durante todo o processo de construção do PAT foram aplicadas diferentes ferramentas avaliativas, por meio das quais se obtiveram os seguintes resultados.

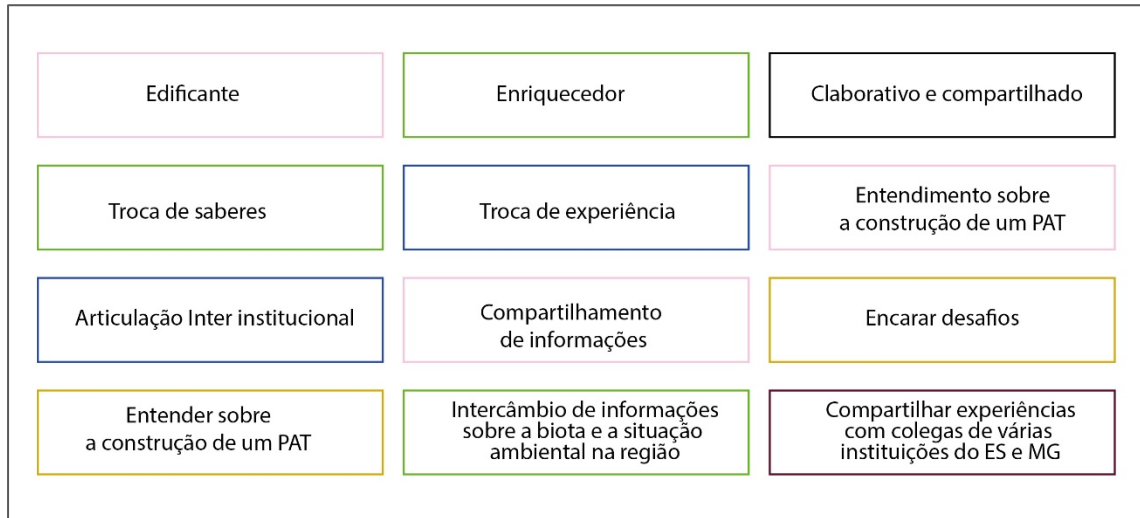
Avaliação 1 - 14/12/2020

Metodologia: no chat, os participantes foram convidados a complementar a frase “minha experiência na construção do PAT está sendo....”



Avaliação 2 - 18/12/2020

Metodologia: os participantes foram convidados a responder, na plataforma “Mentimeter”, a pergunta: Qual foi o seu principal aprendizado na Construção do PAT Capixaba Gerais, que gerou o quadro abaixo.



5. ANEXOS

1. Cartões de visita de apresentação dos participantes
2. Apresentações Projeto Pró-Espécies
3. Escopo do PAT Capixaba Gerais
4. Fotos